

O COLÉGIO PEDRO II DURANTE A DITADURA MILITAR: O SILÊNCIO COMO ESTRATÉGIA DE SUBORDINAÇÃO

Licia Maciel Hauer

Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense

Professora do Colégio Pedro II

E-mail: liciahauer@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar os efeitos das diversas ações repressivas e controladoras no Colégio Pedro II durante a ditadura militar. O período sobre o qual nos debruçamos, entre 1964 e 1979, do golpe militar até a abertura política, corresponde a um período obscuro da nossa história, da história da educação. No âmbito nacional, esse período é considerado o de maior repressão dos anos de ditadura. No âmbito interno ao Colégio Pedro II, esses quinze anos se destacam como uma fase de medo e apatia, com repercussões administrativas e pedagógicas negativas.

Palavras-chave: Colégio Pedro II; Movimento Estudantil Secundarista; Ditadura Militar.

ABSTRACT

The main objective of this study is to identify and analyze the effects from different repressive and controlling actions in the “Colégio Pedro II” (CPII). The period in which we’ve chosen to this study, between 1964 and 1979, the beginning of the military dictatorship until its political aperture, corresponds to a obscure period in our history, the education’s history. In general this period is considered the most repressive years in Military Regimen. In the “Colégio Pedro II”’s case, those fifteen years were highlighted as an age of fear and apathy, with bad pedagogics and administratives results.

Keywords: Colégio Pedro II; Secondary Student’s Movement; Military Dictatorship

O COLÉGIO PEDRO II DURANTE A DITADURA MILITAR: O SILÊNCIO COMO ESTRATÉGIA DE SUBORDINAÇÃO¹

Licia Maciel Hauer

Introdução

No processo da construção histórica, o resgate da memória favorece o reconhecimento do papel de cada indivíduo como agente desse processo. Nesse sentido, reconhecer a importância do Colégio Pedro II na luta contra a ditadura militar, principalmente na luta em defesa da escola pública, é quebrar o silêncio sobre um período de medo e resistência. Resgatar a memória do Colégio Pedro II é contribuir para que se mantenha viva uma parte importante da memória coletiva da educação pública brasileira.

É essa memória que traz à tona não só as circunstâncias mais opressivas, sofridas por muitos, mas também as vitórias conquistadas, cuja repercussão é vivida ainda hoje. O silêncio, verificado até mesmo nos dias atuais, salta aos ouvidos e nos desperta para o desvelo histórico necessário.

O recorte temporal é delimitado entre os anos de 1964 e 1979, devido à correlação histórica, fatores conjunturais nacionais e fatores internos ao Colégio. No âmbito nacional, esse período é considerado o de maior repressão durante os anos de ditadura, tendo como marco inicial o próprio golpe militar e, como marco final, a anistia e a retomada dos movimentos populares de redemocratização. No âmbito interno ao Colégio Pedro II, esses quinze anos se destacam como uma fase de medo e apatia, com repercussões administrativas e pedagógicas negativas.

O CPII que foi sendo revelado pelas investigações é um estabelecimento de ensino inserido na realidade imposta por aqueles anos de chumbo. É um CPII inserido no contexto do Brasil sob a ditadura militar, que nos primeiros anos sofreu com as imposições de atos institucionais, com as imposições da Lei Suplicy,² em um contexto educacional sob interferência dos acordos MEC-USAID. Nos anos seguintes, o Ato Institucional nº5 e o Decreto-Lei 477 tiveram bastante repercussão no CPII, fazendo com que os anos subsequentes fossem caracterizados pelo controle ideológico da doutrina elaborada pelos detentores do poder por meio de políticas educacionais impostas.

¹ Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Colégio Pedro II durante a Ditadura Militar: subordinação e resistência”, defendida em outubro de 2007 na UFF.

² A Lei 4.464, a chamada Lei Suplicy, foi promulgada em novembro de 1964.

Os caminhos da pesquisa foram as trilhas do silenciamento histórico de um período relevante da história do CPII. Através das entrevistas, que de início pareciam não revelar muito, verificamos, em vários momentos, um esquecimento revelador e uma memória silenciada, que aos poucos foi se restaurando. A presente pesquisa foi elaborada perseguindo as pegadas, quase apagadas pela memória silenciada, na qual se refugiam as lembranças que preferimos esquecer.

O silêncio na história foi uma imposição dos registros, uma fonte de curiosidade e um ponto de partida, mas se transformou numa chave para o entendimento da própria história. Essa chave teórica está expressa em Michel-Rolph Trouillot (1995), que parte do duplo significado da história como ação e narração: “os seres humanos participam na história como atores e como narradores” (1995, p.2). Essa ambivalência é constitutiva da história e torna fluidos os limites entre os significados da história como “processo sócio-histórico” e como “conhecimento desse processo”.

Ao falarmos da história dos alunos do CPII no período militar, podemos nos referir tanto aos processos dos quais eles fizeram parte, quanto aos relatos realizados pelos mesmos narrando os acontecimentos de sua época. Reconhecer esse caráter duplamente histórico dos sujeitos significa reconhecer a capacidade subjetiva dos atores históricos também como narradores de sua ação. Por outro, implica pensar o contexto histórico da produção da história, em suas diversas etapas de produção. Aqueles que registram, que narram, que sintetizam as informações, todos estes não são meras figuras distanciadas dos acontecimentos, mas sim atores que produzem história e interferem nos próprios acontecimentos.

Aqui, chegamos à constatação de uma relação diferente entre fato e fonte. O fato objetivo não está desligado das condições em que ele pode ser analisado como um fato, condições estas que também são históricas. Segundo Trouillot,

“o jogo de poder na produção de narrativas alternativas se inicia com a criação conjunta de fatos e fontes, por ao menos duas razões. Primeiro, os fatos não são sem significados: realmente, eles se tornam fatos somente porque interessam de algum modo. Segundo, os fatos não são igualmente criados: a produção de traços é sempre também a criação de silêncios” (1995, p.29).

Fatos e fontes são constituídos mutuamente em relações de poder que estão presentes na produção da história.

Ainda segundo Trouillot:

“os silêncios entram no processo de produção da história em quatro momentos cruciais: o momento da criação do fato (produção das *fontes*); o momento da reunião do fato (produção dos *arquivos*); o momento da recuperação dos fatos (produção das *narrativas*); e o momento da significância retrospectiva (produção da *história* em última instância)” (TROUILLOT, 1995, p.26).

A tarefa do historiador é a de desconstruir esses silêncios e, a partir da análise de suas produções, que aparecem sobrepostas no presente, empreender uma síntese específica que possa trilhar as raízes do poder na produção da história.

A educação golpeada

Nos primeiros anos da década de 1960, o contexto histórico pelo qual passava o Brasil era de efervescência política. A renúncia de Jânio Quadros abalou a política nacional, levando a sociedade a se posicionar no sentido de garantir a posse de João Goulart. Nos anos seguintes, a reivindicação pelas Reformas de Base mobilizou os setores populares.

Para o Colégio Pedro II, foi também um período conturbado. No âmbito interno, principalmente no ano de 1963, os alunos fizeram manifestações por maior participação nas decisões administrativas e por um ensino mais voltado para a realidade brasileira, além de se organizarem para reivindicar melhores condições de ensino.

No âmbito externo, os alunos se envolveram tanto nas questões políticas e econômicas que estavam em debate na sociedade, quanto nas questões educacionais. As lutas eram para exigir maior igualdade social, e se traduziram em reivindicações por meia passagem nos bondes e nos outros transportes coletivos, por meio ingresso nos cinemas e teatros e por descontos especiais nos materiais escolares e livros didáticos.

A atuação do grêmio também ajudava no desenvolvimento de uma consciência crítica coerente com valores éticos recebidos de grande parte dos professores, principalmente o respeito pelo coletivo, pelas instituições públicas e estatais e, especificamente, o respeito pelo Colégio. O ensino desenvolvido no CPII, nesse período, propiciava ao alunado um olhar crítico em relação à sociedade, fazendo com que se engajassem em atividades que visassem à transformação social.

Os grêmios funcionavam como uma entidade que dava formação complementar do alunado em diversos sentidos. Além de proporcionar atividades culturais, esportivas, literárias e de entretenimento, numa relação de ampla participação no conjunto dos alunos, o grêmio promovia

o engajamento dos alunos nas lutas políticas, numa relação em que os alunos passavam a ser sujeitos do seu próprio processo educacional.

O crescimento dos movimentos sociais fez os alunos irem para a rua em 1956 e 1961, com a greve do bonde; em 1961, pela legalidade da posse de João Goulart; em 1963, junto com os universitários, durante a “Greve do 1/3” e a reivindicação pela participação nas decisões administrativas do Colégio. Tudo isso demonstrava a força da organização de massa dos alunos do Colégio e ajudou a consolidar uma tradição de luta dos alunos e o grêmio como entidade representativa.

O golpe militar de 1964 representou, no âmbito da educação, uma ruptura em relação às mudanças que estavam sendo, no início da década de 1960, desenvolvidas e reivindicadas por professores e estudantes em todo o Brasil.

O novo regime percebeu, desde o início, a importância da educação como um fator significativo para o desenvolvimento do novo modelo econômico que se expandia no país a partir de 1964. Em termos de repressão, esse período foi caracterizado pelas perseguições políticas a estudantes e servidores, primeiramente com a Lei Suplicy e depois com o Decreto-Lei 477/69, alguns meses após o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

A educação brasileira passou a sofrer interferência direta do governo dos Estados Unidos, por meio dos acordos entre o MEC e a *Agency for International Development* dos Estados Unidos (USAID). As reformas do ensino empreendidas pelo regime militar estavam vinculadas às recomendações de agências internacionais.

Esses acordos se tornaram exequíveis com a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda, que legitimou a repressão e a perseguição a estudantes e trabalhadores da educação, desarticulando os movimentos de educação e de cultura popular, que haviam iniciado suas atividades durante o governo anterior, e facilitando a penetração das concepções educacionais dos acordos MEC-USAID nas instituições de ensino.

Os acordos MEC-USAID abriram caminho à formulação de uma política educacional fundamentada em concepções economicistas e produtivistas que enfatizavam a racionalidade e a eficiência. Essas concepções foram a base para as reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970. Tais acordos comprometeram definitivamente a política educacional brasileira.

Os anos de 1966 a 1968 foram marcados por manifestações por mais verbas, por mais vagas nas universidades e nos colégios públicos e contra as anuidades, que desencadearam a mobilização nacional dos estudantes contra o corte de verbas para as universidades. Nesse período, a participação dos estudantes secundaristas cresceu tanto que “formavam uma verdadeira linha

dura do movimento, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários” (POERNER, 2004, p.258).

Após a morte do secundarista Edson Luís de Lima e Souto, em 28 de março de 1968, o movimento estudantil assumiu uma dimensão de aglutinador do descontentamento social contra a ditadura. A partir desse episódio, a “Passeata dos 100 mil” foi um marco do apoio de diversos setores da sociedade, inclusive de grande parte da classe média, às reivindicações estudantis, demonstrando um desgaste na imagem da ditadura militar.

A partir do segundo semestre de 1968, as lutas estudantis de massa entraram em um relativo refluxo. Muitas lideranças já estavam na clandestinidade. Em outubro, foi abortada a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, e a polícia prendeu as principais lideranças do movimento.

A partir do AI-5, o Brasil passou por anos difíceis para a luta. A vanguarda estava toda esfacelada e a resistência armada sofreu derrotas irreparáveis. Os pequenos sucessos, como os sequestros de embaixadores para libertar presos políticos, não representavam qualquer acúmulo político maior. A luta armada teve sua derrocada final em 1974, com a derrota da guerrilha do Araguaia.

Silenciando por segurança

Com a criação do Serviço Nacional de Informações, por meio da Lei 4.341, de 13 de junho de 1964, cujo Artigo 2º estabeleceu que o “Serviço Nacional de Informações t[inha] por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação contra-informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”, iniciou-se a montagem do sistema de informações com a criação da Comissão Geral de Inquérito, com as instalações de Inquéritos Policial-Militares que foram responsáveis por uma verdadeira “caça às bruxas” na primeira fase da ditadura.

Vários órgãos do Estado foram submetidos à *operação limpeza*,³ que poderia acontecer pela instalação de comissões de inquérito que investigavam os suspeitos de subversão e, como represália, poderia haver substituições de funcionários, principalmente das chefias, demissões, cassações e prisões. As medidas utilizadas pelos diversos setores de segurança tinham o objetivo,

³ “Operação Limpeza” era o codinome que os militares davam as medidas utilizadas para dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares, e psicossociais. A partir do primeiro Ato Institucional, o governo Castelo Branco baixou o Decreto-Lei instituindo os IPMs e, em seguida, as Comissões Gerais de Inquérito, para investigar o envolvimento, em alguma atividade “subversiva”, de funcionários públicos em todos os níveis e instituições governamentais. A decisão final e a punição deveriam ser publicadas no Diário Oficial da União ou dos estados ou municipalidades (ALVES, 1984, p.56 e 57).

no primeiro momento, de combater os movimentos contrários ao regime recém-instaurado e de consolidar a ideologia da segurança nacional.

Na lógica da repressão baseada na doutrina de segurança nacional vigente, naquele período, juntamente com as posições específicas do grupo que dirigiu o Colégio Pedro II, entre 1964 e 1979, verificou-se uma confluência nas formulações e nas práticas repressivas, que são resultado da estrutura de vigilância e controle formada pelos governos ditatoriais, mas que não podem ser entendidas sem levar-se em conta a adesão local, nos círculos interiores do CPII, às políticas e ações da ditadura militar.

O controle político e ideológico, no Colégio, realizou-se por interferências diretas no setor administrativo, e, de forma indireta, nas relações interpessoais e nas concepções pedagógicas. Várias foram as formas de exercício do controle, os métodos de vigilância e a repressão aos servidores e alunos que se opunham ao regime militar ou se engajavam nas diversas lutas organizadas pelos movimentos contra a ditadura e pelo movimento estudantil. Nos primeiros anos da ditadura militar, a reorganização administrativa e o processo de *operação limpeza* seguiram determinações de acordo com o primeiro Ato Institucional.

Após o golpe militar de 1964, houve, no Colégio Pedro II, logo nos primeiros meses, mudanças significativas nas diversas Unidades Escolares que o constituem. Muitos diretores foram substituídos imediatamente após o golpe, assim como coordenadores e membros da Congregação.

O diretor do Colégio Pedro II – Internato, professor Helio Carvalho de Oliveira Fontes, foi imediatamente substituído pelo professor Vandick Londres da Nóbrega⁴ no cargo de diretor do Internato.⁵ O professor Roberto Accioli, que exercia a função de diretor do Externato desde 1961, foi substituído pelo professor Carlos Potsch, que era o vice-diretor e assumiu a direção do Externato com o “intuito de evitar uma intervenção federal”.⁶

O professor Roberto Accioli era membro do Conselho Nacional de Educação e presidente do IBGE e, em 1964, prefaciou o livreto impresso pelo IBGE intitulado *Ação Governamental de*

⁴ Vandick Londres da Nóbrega nasceu em João Pessoa, em 1918. Fez o curso secundário no Liceu Paraibano e no Colégio Diocesano Pio X, na Paraíba. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife. Vandick iniciou sua carreira no serviço público desempenhando a função de Inspetor Federal de Ensino, de 1939 a 1942, em Recife, em Santos e em São Paulo. Apresentando a tese “A Arte Poética de Horácio” iniciou a carreira no magistério no Colégio Pedro II como professor de Latim. Foi nomeado diretor do Colégio Pedro II – Internato pelo Presidente Eurico Dutra, em 1948. Em abril de 1964, foi nomeado, diretamente pelo Presidente H. Castello Branco, para exercer o cargo de diretor do Internato e, também, exerceu funções de confiança, como a de presidente da Comissão Geral de Inquérito, constituída para apurar atos que o governo chamava de “*subversão e de corrupção*”. Nesse mesmo ano, participou da comissão para apurar esses atos na Universidade de Brasília.

⁵ Diário Oficial de 29/04/1964.

⁶ Depoimento do professor Clovis Monteiro Filho, 2007.

João Goulart, largamente distribuído no comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o que foi fator decisivo para sua cassação.⁷

Logo no primeiro mês do regime militar, a direção do Colégio recebeu um aviso do MEC que comunicava a necessidade de se instalar uma Comissão de Inquérito⁸ no CPII, de acordo com o primeiro Ato Institucional.⁹ Na reunião do Conselho Departamental, ficou decidido que a mesma seria presidida por um professor catedrático. Nessa ocasião, o professor Vandick L. da Nóbrega comunicou “a seus pares que foi designado para presidir a Comissão Geral de Inquérito do Ministério da Educação, da qual estão excluídos o CPII, o INES e alguns outros órgãos”.¹⁰

Apesar de não ter ocorrido o Inquérito no Colégio, nos moldes do Ato Institucional, alguns servidores foram perseguidos por participarem de movimentos políticos. Muitas vezes, professores e alunos eram retirados de sala e submetidos a interrogatórios.

Investigar os servidores tornou-se corriqueiro. Desde os primeiros meses, o Serviço de Segurança Nacional do MEC (SSN) enviava ofícios aos diretores, solicitando informações sobre servidores suspeitos de subversão.

Um Inquérito Policial Militar (IPM), de nº 43/64,¹¹ foi instaurado pelo DOPS em 3 de junho de 1964, com o objetivo de apurar ações subversivas dos dirigentes do *Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro*. De acordo com o relatório referente a esse IPM, o professor Helio Marques da Silva,¹² presidente do sindicato dos professores, e os professores Bayard Demaria Boiteux¹³ e Robespierre Martins Teixeira¹⁴ foram acusados de

⁷ Informação fornecida pelo Professor Geraldo P. Vieira registrada na capa interna do referido livroto.

⁸ As Comissões de Inquéritos foram instituídas em 14/04/1964 pelo Ato do Comando Supremo da Revolução nº 8 e pela portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução. Os objetivos dessas determinações eram facilitar as diligências e as investigações nas instituições públicas, entidades associativas, sindicatos etc. (FICO, 2004, p.337). Segundo depoimentos dos professores do colégio, o Inquérito não foi levado a efeito.

⁹ Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964 (conhecido como AI-1). Esse Ato se “destina a assegurar ao novo governo, a ser instituídos, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” (FICO, p.339) Neste Ato Institucional os artigos 7º e 8º se referem aos atos governamentais em relação aos servidores públicos. O artigo 8º trata dos inquéritos administrativos e militares. Assinam esse ato institucional o General Arthur Costa e Silva, Tenente Brigadeiro F. A. Correia de Mello, e o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

¹⁰ Ata do Conselho Departamental, abril 1964.

¹¹ Estudantil 23. APERJ.

¹² Helio Marques da Silva era professor de História, admitido no CPII em 1960. Foi presidente do Sindicato dos Professores, foi detido para averiguações em junho de 1964, ficando preso por um mês. Foi cassado em agosto de 1964 e retirado da folha de pagamento do Colégio Pedro II. Foi anistiado em julho de 1980. “De acordo com o ofício nº 38 da Comissão Geral de Inquérito, datado de 06/07/1964, o servidor foi detido para averiguações no período de 05/06/ a 02/07/1964, resultando na sua cassação conforme o Ato Institucional, pelo período de 01/08/1964 a 14/07/1980”.

¹³ Bayard Demaria Boiteux foi admitido no CPII como professor de Matemática, em 1953. Em 1964, foi atingido pelo AI-1, através da Comissão Geral de Inquérito do MEC, instaurada em 7/10/64, sendo demitido em 1/11/64, tendo sua demissão revertida em 14/7/80, por ocasião da Anistia. Militou durante mais de 50 anos no Sindicato dos Professores, onde fundou a Folha do Professor. Em 4 de abril de 1967, foi preso em razão de estar participando da luta armada vinculada a chamada guerrilha do Caparaó. Foi condenado a 12 anos de prisão. Em 1970 foi exilado, voltando ao Brasil em 1979 com a anistia. (BOITEUX, 1998, pp.118-135). “O Presidente da República, tendo em

subversivos. Em virtude dessa acusação, eles foram atingidos pelo Ato Institucional, sendo alguns meses mais tarde demitidos ou afastados de seus cargos. O professor Hélio Marques da Silva foi cassado em agosto de 1964, depois de ter ficado detido durante um mês no III Batalhão da Polícia Militar. O professor de Matemática Bayard Demaria Boiteux foi demitido do Colégio Pedro II em 1964.

Outros foram impedidos de ministrar suas aulas, principalmente professores das disciplinas relacionadas às humanidades. Foi o caso do professor de história Renato Azevedo:¹⁵ “[a] ditadura militar voltaria sua atenção para ele (...) foi afastado das salas de aula, alijado do contato com os alunos que tanto o admiravam”.

Em relação aos alunos e às organizações estudantis do Colégio, uma das primeiras medidas foi interferir nos grêmios das seções dos Externatos e do Internato. Alguns foram fechados e somente reabertos em setembro de 1965, quando o Novo Regimento do Grêmio do CPII-Externato foi aprovado pelo Conselho Departamental,¹⁶ e o Regimento do Grêmio do CPII - Internato foi apresentado para ser aprovado, em meados de 1966. Os regimentos deveriam estar de acordo com as imposições da recém-promulgada Lei Suplicy, na qual exigia-se que as entidades estudantis dos estabelecimentos de Ensino Médio fossem monitoradas por algum setor pedagógico.

Nesse período, houve reorganização em vários aspectos. Ao analisarmos as atas das reuniões do Conselho Departamental, pudemos perceber que, desde os primeiros meses do novo governo, o MEC passava por reformas administrativas. Começou a reformular as propostas educacionais do governo anterior, aprofundando uma tendência privatista de ensino. Nesse contexto, no início do ano letivo de 1965, o professor Vandick, como presidente do Corpo Congregado, propôs a transformação do Colégio Pedro II em Fundação Educacional.

No prefácio da obra intitulada *O Colégio Pedro II e sua Tradição*, o professor Vandick indica o futuro do Colégio Pedro II, que entraria em uma nova fase com a “instituição dos Cursos de Altos Estudos e a esperada criação da Fundação Educacional Pedro II (...). Será a fase da plena maturidade, a que chegou paulatinamente, sem precipitações que, muitas vezes, prejudicam a elaboração duma boa obra” (NÓBREGA, 1965, Prefácio).

vista a sindicância da Comissão Geral de Investigação, resolve demitir o professor de ensino secundário Bayard Demaria Boiteux, nível 19, do quadro permanente do MEC. Decreto de 7 de outubro de 1964. D.O. de 8/10/1964”.

¹⁴ Robespierre Martins Teixeira era professor de Matemática do CPII, admitido em 6/3/64. Não foi afastado do CPII. Foi diretor do Sindicato dos Professores e por isso foi acusado de subversivo em 1964.

¹⁵ Renato Azevedo foi professor de História e de Geografia e foi diretor da Seção Norte até 1963. Este fato consta no livro *Ao Pedro II, Tudo ou Nada?*, no qual encontramos vários depoimentos de ex-alunos sobre o professor Renato.

¹⁶ Em setembro de 1965, foi aprovado o Novo Regimento do Grêmio do CPII externato. O Regimento foi baixado por portaria pelo professor Carlos Potsch (Ata do Conselho Departamental, setembro de 1965).

Essa proposta gerou polêmica nos diversos setores do Colégio, protestos do corpo discente e, ainda, ultrapassou os seus muros envolvendo, nessa discussão, ex-alunos, ex-professores e pais de alunos. Aos poucos começaram a se formar, no interior do Colégio, dois grupos bem definidos: o primeiro formado por aqueles que, na ocasião, estavam no poder, “o grupo do Vandick”; do outro lado, o grupo que se opunha àquele diretor. Essa divisão se fez sentir em todas as Seções e todos os setores. Assim, foi se desenhando uma oposição, por parte de professores, técnicos e alunos, às novas autoridades, pelo fato de que essas representavam, no âmbito do CPII, o regime ditatorial recém-instaurado no Brasil.

O ano de 1967 iniciou-se com a notícia de um expediente do MEC no qual verificava-se que o CPII deixaria de estar diretamente subordinado ao gabinete do Ministro da Educação e Cultura, de acordo com a reforma administrativa.

Em seguida, o Decreto-Lei nº 245¹⁷ transformava o Colégio Pedro II em Autarquia Federal, enterrando de vez a possibilidade da proposta de Fundação Educacional. Essa notícia foi considerada pelos alunos do Colégio, e por uma boa parte dos servidores, como uma grande vitória depois de quase dois anos de mobilização contra as Fundações Educacionais. Porém, esse Decreto-Lei criou o cargo de Diretor-Geral,¹⁸ o qual foi imediatamente ocupado pelo então diretor do Internato professor Vandick L. da Nóbrega, nomeado diretamente pelo Presidente Humberto Castello Branco.

Com a criação do cargo de Diretor-Geral, houve uma centralização do poder nas mãos do dirigente, o que facilitou o controle e a vigilância, interferindo tanto no andamento pedagógico quanto na relação professor-aluno e nas diversas relações interpessoais.

Uma outra etapa de reorganização autoritária do Colégio, durante a gestão do professor Vandick, aconteceu no final do governo Arthur da Costa e Silva, a partir do Ato Institucional nº 5.

O professor de Filosofia do Colégio Pedro II e Técnico Educacional do MEC, Cleantho Rodrigues de Siqueira,¹⁹ foi aposentado proporcionalmente, com base no Ato Institucional nº 5 (Diário Oficial de 14/04/69). Segundo um documento intitulado *Atos Punitivos*,²⁰ em 1969, os

¹⁷ 28/02/67 – transforma o CPII em autarquia e da outras providências.

¹⁸ 12/04/67 – Posse do primeiro Diretor-Geral do CPII.

¹⁹ Professor de Filosofia do Colégio Pedro II e Técnico Educacional do MEC. Foi aposentado proporcionalmente, com base no Ato Institucional nº 5 (como consta no Diário Oficial de 14/04/69). No trecho do texto de despedida, escrito por seu irmão Célio R. Siqueira, por ocasião do seu falecimento, em 1996, pudemos ter uma ideia sobre o motivo de sua aposentadoria compulsória - “quando veio a Revolução de 1964, o Presidente Castello Branco o convidou para ser Secretário de Educação de Brasília, cargo que ele ocupou por um tempo. E por acreditar que a revolução fora para valer e que todos os vitoriosos estavam interessado em dar um bom exemplo, incompatibilizou-se com aproveitadores influentes e teve que deixar o cargo”.

²⁰ Secreto, folhas: 100 e 101.

professores Alberto Coelho de Souza,²¹ Roberto Bandeira Accioli e Hélio Marques da Silva, pelo Decreto-Lei de 25/4/69, foram aposentados e retirados da folha de pagamento do Colégio “em virtude de ter[em] sido atingido[s] pelos atos institucionais e complementares”, segundo consta no Diário Oficial de 28 de abril de 1969.

No período entre 1964 e 1969, pouca mudança houve em relação ao ensino, e a preocupação com a transformação da realidade continuou. Porém, esse período se caracterizou pela arbitrariedade, vigilância, controle e punições.

Nos anos posteriores a 1969, notamos mudanças em relação ao ensino, principalmente a partir da implementação da Lei 5692/71. O ensino profissionalizante foi um fracasso, de um modo geral, na educação brasileira, durante a década de 1970. Mas seus efeitos foram desastrosos no caso do CPII, pois correspondia à negação de sua tradição humanista. O resultado foi o esvaziamento progressivo, combinado com o desânimo e o medo generalizado, que só era compensado pela resistência sem visibilidade, porém obstinada e paciente, de professores, funcionários técnicos e alunos.

A repressão foi amortecida, no âmbito interno, nos primeiros anos da ditadura, por conta do forte espírito de corpo e da cumplicidade entre servidores, que buscavam resistir de diferentes formas e contornar as diversas situações em que um ato repressivo era iminente, apesar de o diretor do Internato e, posteriormente, Diretor-Geral, Vandick L. da Nóbrega, ter estado fortemente alinhado às posturas autoritárias da ditadura militar.

A resistência começou a se manifestar principalmente a partir do final do ano de 1964, quando os alunos começaram a se mobilizar para a reabertura do grêmio e a se rebelar contra os abusos de autoridades de alguns diretores da época. As greves e protestos, como nos casos da luta em prol dos excedentes e da greve a favor dos “cabeludos”, tiveram apoio dos responsáveis. A comunidade escolar como um todo também apoiou os protestos contra o fechamento do grêmio e a proibição da publicação dos jornais estudantis.

A luta contra a transformação do Colégio Pedro II em Fundação Educacional, entre os anos de 1965 e 1967, só foi possível porque houve uma aglutinação de forças na qual se encontraram a preocupação social – na defesa da escola pública –, a tradição institucional – na defesa do

²¹O professor Alberto Coelho de Souza foi admitido em 15/3/1960 (Ofício ao Diretor-6/1965, NUDOM). Era formado em Psicologia e era professor de Filosofia. Foi professor de Filosofia do Engenho Novo até 1964 e de Psicologia no Humaitá até 1969, quando foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 como consta no D.O. de 28/04/1969 e foi excluído da folha de pagamento do Colégio Pedro II a partir de junho do mesmo ano (Ficha do Departamento de Pessoal, DP-CPII). O professor Alberto participou como conferencista do tema “*Como Atingiremos nossos Objetivos nas Universidades*”, no último dia do Fórum de Debates, que foi realizado na Faculdade de Economia da UFRJ, no período de férias, no mês de julho de 1968 (Boletim Reservado nº 63 de maio de 68).

Colégio –, a tradição de luta – em defesa das liberdades –, e a organização do grêmio – em defesa dos interesses dos alunos.

A partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5) os grêmios foram irreversivelmente fechados, os jornais foram proibidos de circular e mais de cem alunos foram impedidos de prosseguir seus estudos no CPII por causa de atividades políticas nos anos anteriores. Esses alunos não puderam se formar no Colégio Pedro II e obter seus diplomas de conclusão.

Alguns professores, que haviam permanecido após a *operação limpeza* promovida logo após o golpe militar, dessa vez foram afastados. A vigilância interna se intensificou, agora com ameaças de enquadramento dos alunos no Decreto 477. Muitos ex-alunos foram perseguidos nos anos seguintes por sua atuação política no Colégio Pedro II. Houve ex-alunos e servidores presos, outros viveram na clandestinidade ou foram obrigados a se exilar.

O fato de alunos do Pedro II participarem dos movimentos estudantis dentro do colégio, nos grêmios e fora do colégio, nos movimentos estaduais e nacionais, levou-os, no momento de maior repressão, após o AI-5, a tomarem a decisão de fazer parte das outras formas de resistência à ditadura militar que se organizaram a partir de então. Engajaram-se numa luta mais radical, seja diretamente na luta armada ou como simpatizantes de movimentos revolucionários que visavam, além da luta pela democratização, à revolução socialista.

Foram os casos dos ex-alunos Marcos Nonato da Fonseca, Kleber Lemos, Roberto Spigner, Lucimar Brandão Guimarães, Alex Xavier Pereira e Fernando Augusto da Fonseca, que foram assassinados no início da década de 1970.

Sob os olhos da repressão

A partir das informações sobre o Colégio Pedro II que obtivemos nos documentos do Fundo de Polícia Política, verificamos que, mesmo antes do período da ditadura militar, o Serviço de Informação elaborava documentos para vigiar o CPII, como era feito também com outras instituições, partidos e movimentos políticos. Durante a ditadura militar, essa vigilância foi legitimada pela doutrina de segurança nacional.

Através desses documentos, nota-se que a vigilância se exerceu no cotidiano do Colégio, com denúncias de subversão e com perseguições políticas a alunos e servidores. Em várias ocasiões, era o próprio Diretor-Geral ou os diretores das Unidades que comunicavam à polícia política ou denunciavam, por meio de boletins informativos, os alunos, ex-alunos e servidores do Colégio que estavam envolvidos em ações supostamente subversivas.

O primeiro documento que nos chamou atenção, pelo seu detalhamento, foi um Boletim Informativo²² enviado para a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara com um recado em anexo endereçado ao General Niemayer, que dizia o seguinte:

“Ao General Oswaldo Niemayer Lisboa, com cumprimentos de (Dx).

Envio os seguintes informes em anexo:

- 1) Boletim Informativo sobre o Movimento Secundarista.
- 2) Circular Nº 1/ 66 da diretoria da AMES.
- 3) Volante distribuído nos estabelecimentos de ensino.
- 4) Circular do sindicato, cujos motivos já cessaram.”

Esse Boletim Informativo foi enviado no início de 1966, porém revelava fatos referentes ao período entre dezembro de 1964 e março de 1966. Segundo o Boletim, desde dezembro de 1964, os secundaristas se reuniam, principalmente os do Colégio Pedro II - Sede, para reorganizar o movimento estudantil no Colégio. Eles contavam com a colaboração direta da extinta AMES²³ (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), através de um aluno do CPII, membro da diretoria dessa entidade, “que possu[ía] antecedentes neste DOPS, face aos últimos acontecimentos”²⁴, e recebiam também influência de militantes “esquerdistas” e da *Ação Popular (AP)*, “em particular, em virtude de ter sido vitoriosa uma chapa cujo presidente era um “elemento nitidamente da AP”.²⁵ Ainda segundo o boletim, os alunos do Colégio Pedro II estavam sendo cativados por grupos “esquerdistas” através de um vasto material de propaganda como as revistas *Mundo Estudantil* e *El Estudiante*, além de murais e panfletos.

Informa, ainda, que no ano de 1965, teve início a luta contra a transformação do Colégio em Fundação Educacional. Referindo-se a essa questão, o documento relata às autoridades da seguinte forma:

“Recentemente eclodiu um movimento de âmbito geral, tendo como ponto de partida elementos do Colégio Pedro II, que são contrários à transformação do Colégio em Fundação Educacional, conforme projeto do Conselho Departamental, principalmente, o seu artigo 5º que permite a participação de firmas particulares na direção da Fundação. Os alunos marcaram uma assembleia-geral para o dia 20 p.p.(20/03/66) convocada pela presidente da

²² Estudantil, 01,02,03, folhas: 130-132. APERJ.

²³ A Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) era uma entidade que organizava os estudantes para lutar em prol das causas estudantis.

²⁴ Estudantil, 01, 02, 03, folhas: 130-132. APERJ.

²⁵ Idem.

Associação dos Alunos do CPII – (...),²⁶ em que repudiaram totalmente a Fundação. Dias depois foi distribuído nas Seções do CPII um jornal intitulado ‘Vanguarda Estudantil’, em que aborda amplamente os acontecimentos.”

Uma circular da AMES, nº 1/66, de 15 de março de 1966,²⁷ anexada ao Boletim Informativo, indicava que essa entidade convidara, logo no início do ano, todos os presidentes dos grêmios para uma reunião organizativa do Congresso da AMES de 1966.

Junto à circular citada encontra-se um outro documento do DOPS-SI, nº SP/24 de 6/4/66, que se refere à circular nº 01/66 da AMES, a qual pedia “providenciar caso anexo” e informava:

- 1) Foram fornecidas 3 (três) cópias ao detetive (.Dt.) para disseminação.
- 2) Foi fornecida uma cópia ao Setor Executivo para publicação da nota no Boletim Reservado de 18/3/66.
- 3) Foi dado conhecimento à Turma Cultural em 18/3/66.
- 4) Providenciada a infiltração de alguns elementos na reunião, através do professor (.Px.), o qual nos fornecerá relatório.
- 5) Fornecida uma cópia da circular anexa à SFA em 6/4/66.

Porém, o mesmo Boletim Informativo revela que esse Congresso foi proibido pelas autoridades, referindo-se ao fato da seguinte forma: “os estudantes tentaram realizar, apesar de proibido, um congresso, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos”. Na opinião do informante, os secundaristas pretendiam, no Congresso:

“expor suas reivindicações e compelir os diretores dos colégios a permitir a abertura dos grêmios e do teatro. Não calcularam a gravidade na realização desse Congresso, no qual seriam alvo de articulação comunista, ávido por fomentar a articulação de um movimento nacional secundarista. Foram os componentes da Diretoria da AMES, convidados a dialogar com as autoridades do DOPS para expor-lhes”.²⁸

²⁶ No documento consta o nome da aluna.

²⁷ Estudantil, 01, 02, 03. APERJ Esse documento foi assinado por três diretores da AMES, dentre os quais um dos diretores era aluno do CPII. (Esse documento foi enviado pelo DOPS a vários grupos da polícia política com pedido de providenciar “a infiltração de alguns elementos na reunião (.Px.) o qual nos fornecerá relatório”).

²⁸ Pasta Estudantil, 01, 02, 03.

Mais adiante encontramos outro documento,²⁹ que estava fragmentado, o qual também trata, dentre outros assuntos, do congresso da AMES de 1966, e revela que alunos do CPII, junto com alunos de outras instituições públicas de ensino, como o Cap-UFRJ e as Escolas Técnicas, participaram de reuniões organizativas com secundaristas que militavam em diversas organizações de esquerda, como Ação Popular (AP) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses alunos, segundo o documento, participaram de “reuniões no Calabouço que tratavam da reorganização do Movimento Secundarista e no auditório do Diário de Notícias onde foram realizadas as reuniões do Conselho Nacional dos Estudantes”, cuja pauta em relação ao movimento secundarista foi a organização do congresso da AMES e a luta contra as Fundações Educacionais.

Em documentos pouco detalhados, denominados Informações SI/SFA, que descrevem um ato consumado, foi informado que os alunos do Colégio participaram das passeatas³⁰ que aconteceram em 1966, em conjunto com os estudantes universitários. Em março, segundo o documento,³¹ houve suspensão das aulas no Colégio Pedro II, a partir das 15 horas, para que os alunos aderissem à passeata do dia 24 de março, no Rio de Janeiro. Nesse dia, alguns alunos foram “recolhidos ao xadrez para averiguações, sendo postos em liberdade na mesma data”. Em setembro, os estudantes do Colégio Pedro II participaram da manifestação na Faculdade Nacional de Medicina “com o Comando Secundarista de Resistência sob a égide da AMES, Colégio Pedro II e Escola Técnica Nacional”.³²

Segundo um Informe (tipo de documento endereçado à Polícia Política mandando informações sobre as futuras ações de um grupo de oposição ao governo) da Turma Cultural da Superintendência Executiva do DOPS, em abril de 1967, houve várias manifestações que “foram consequências de um plano traçado pela extinta UNE”. Foi o caso do dia 27/04/67:

“Desde as 11 horas de hoje, grupos de estudantes estão se concentrando em diversos pontos da cidade, a pretexto de reivindicar melhorias nas universidades, não pagamento das anuidades, vagas e reabertura dos restaurantes, os estudantes

²⁹ Informações 78, folhas: 225-227. Esse documento, fragmentado, faz parte de um depoimento prestado ao DOPS sob interrogatório. Constam, nesse documento, os nomes dos seis alunos do CPII como sendo militantes do PCB.

³⁰ Essas passeatas começaram em março de 1966 nas principais cidades do país, em solidariedade aos estudantes que foram reprimidos em Minas Gerais no início daquele mês, “culminando com um Dia Nacional de Protesto, dia 22 de setembro”. (Brasil Nunca Mais, p. 133). No Rio de Janeiro, esse dia ficou conhecido pelo massacre da Praia Vermelha quando os PMs invadiram a Faculdade Nacional de Medicina, “às 3h45 do dia 23, quando o futuro senador Mario Martins negociava a retirada pacífica dos estudantes”. (POERNER, A. p. 250).

³¹ DOPS 85, folha: 93 de 07/66.

³² Informações 78 de 10/66. DOPS: SI / SFA, nº 9702 de 19/10/66. Assunto: Subversão na Faculdade de Medicina. Nesse documento, são ainda citados os nomes dos estudantes que mais se destacaram na passeata, dos quais oito eram secundaristas, sendo três alunos do CPII.

cariocas farão um comício protestando contra o espancamento sofrido da polícia na última quinta feira pelos alunos da Universidade de Brasília.

Para tanto, haverá o comparecimento em massa de alunos de todas as universidades da Guanabara, além dos colégios Secundários, capitaneados pelo Colégio Pedro II, contando com o apoio do Instituto de Educação.

O ponto culminante será a queima de uma bandeira dos Estados Unidos. O sistema usado pelos líderes estudantis será aquele posto em prática durante a última passeata da F.N.Fi., consistindo em: esquema de quatro colunas”.³³

Durante o ano de 1967, conforme diversos informes enviados para o DOPS, os alunos do Colégio continuaram mobilizados e participantes da vida política interna e externa ao Colégio. O Boletim Reservado de 6 de novembro de 1967,³⁴ sob o título *20º Congresso da AMES*, dizia que a classe secundarista foi convocada para uma concentração, no dia 8 de novembro do mesmo ano, na Escola Estadual Orsina da Fonseca, “para homologar o 20º congresso da entidade clandestina e apresentar, em seguida, os novos dirigentes que atuarão junto aos grêmios na politização da massa secundarista”.

Encontramos vários informes sobre o processo de eleição para a direção do grêmio, que ocorreu no final daquele ano, tais como: um boletim informativo,³⁵ analisando a chapa do CPII - Centro, *Unidade e Trabalho (UT), como sendo de esquerda; um documento apreendido*³⁶ intitulado *Manifesto da Chapa Frente Estudantil de Renovação e Ação – FERA*, chapa que concorria ao grêmio do CPII - Engenho Novo; um panfleto do Grêmio Científico Literário Pedro II – Externato, assinado pelo Movimento Unidade e Trabalho, e um Auto de Prisão em Flagrante³⁷ de alunos do Colégio Pedro II – Centro que estavam escrevendo nas fachadas do prédio.

Além desses documentos, que tratam diretamente do movimento estudantil interno, encontramos um Boletim Informativo³⁸ informando “que os alunos do Colégio Pedro II e de outras escolas realizaram uma reunião subversiva em Campinhos”. Ainda, referente ao ano de 1967, o Boletim Reservado nº 23 do DOPS intitulado *Indisciplina no Ensino Médio*,³⁹ no qual se faz uma análise de várias escolas públicas e particulares de Ensino Médio, afirma que o CPII – Externato passava, em 1967, por um período dominado pela subversão, por se encontrar em condições

³³ Estudantil, 26 e 27 de 27/04/1967. Esquema em anexo.

³⁴ Secreto 90, Boletim Reservado de 6/11/67.

³⁵ Secreto 90, folhas: 106-109 de 11/67.

³⁶ Estudantil 13, folha: 30 de 11/67.

³⁷ Estudantil, 13, folhas 22-25 de 04/11/67.

³⁸ Terrorista 2, folha: 154 de 1967. Dentre os alunos citados está o nome de Alex de Paula Xavier Pereira, aluno do Colégio, transferido (expulso) no final do ano letivo de 1968 e assassinado pelo DOI / CODI em 1972.

³⁹ Boletim Reservado nº 23/68.

contrárias às diretrizes educacionais ditas pelo regime militar. Nesse Boletim, o informante faz uma análise detalhada de doze folhas sobre o Colégio Pedro II.

Em 1968, continuaram as reivindicações estudantis por direito à liberdade, por melhorias das condições de ensino em todos os níveis e contra todo tipo de violência. As chamadas “Passeatas dos Cem mil”⁴⁰ criaram um clima de maior abertura, o qual proporcionou discussões na sociedade sobre a realidade em que se vivia. Nesse clima, em julho do mesmo ano, segundo o informe 63 do Boletim Reservado, estudantes secundaristas de diversos colégios reuniram-se no D.A. da Faculdade de Farmácia da UFRJ para discutir a organização do movimento secundarista.

No dia 18 de julho “os alunos do CPII – sede, em assembleia geral realizada hoje, decidiram deflagrar, amanhã, às 10 horas, uma greve (...)”⁴¹ para reivindicar mais verba para a educação, com o objetivo de melhorar a manutenção dos trabalhos escolares, pagar melhor aos professores e repudiar a proposta de Fundações Educacionais.

No segundo semestre do ano letivo de 1968, os alunos do CPII participaram de diversos protestos e manifestações organizadas pelos grêmios do Colégio em conjunto com as entidades estudantis com o intuito de reivindicar melhores condições de estudos, qualidade de ensino e mais verbas para a educação, como podemos confirmar no Boletim Reservado intitulado *Estudantil - Perturbações no CPII - Sede*.

“Cerca das 18:00 de ontem, alunos do CPII – externato-sede, em grupos, tentaram invadir a sede do estabelecimento de ensino, localizada na Av. Marechal Floriano, que estava fechado por motivos de falta de água, segundo constava alguns dos alunos ali presente, como a mando da Diretoria para esvaziar a assembleia marcada para o mesmo dia, naquela hora e local.

Com a chegada de um choque da PMEG, os alunos começaram a se dispersar pacificamente e às 20 horas, retirou-se do local o referido choque, quando então restavam apenas alguns alunos que finalmente abandonaram as imediações do Colégio às 20 horas e 30 minutos.

No local foram arrecadados exemplares de um panfleto mimeografado, em que os alunos eram concitados a lutar contra as Fundações Educacionais, a boicotar as anuidades escolares, e exigir por ‘uma cultura com base voltada para a realidade brasileira’.

⁴⁰ As Passeatas dos Cem mil aconteceram no dia 26 de junho e no dia 4 de julho de 1968, no Rio de Janeiro. Nas outras cidades, as passeatas realizadas nesses meses também aglutinaram milhares de pessoas em manifestações pacíficas.

⁴¹ Boletim Reservado nº 47/68.

Foram, ainda, ali arrecadados faixas e cartazes, sendo os seguintes os dizeres destes últimos: ‘Colégio fechado é o dialogo da Direção-Geral’; ‘Exigimos currículos adequados’; ‘Participação na luta estudantil fortalece cada vez mais as nossas entidades’; ‘Mais verbas menos balas’; ‘Exigimos grêmios livres’; ‘Vemos aí mais uma manobra da Direção-Geral’(...). ‘A nossa assembleia não foi permitida. Não faz mal. Nós a faremos na rua juntamente com o povo’; ‘CPII – AMES – UBES – Pelo calabouço, pela divisão curricular, contra as anuidades’; ‘CPII contra as Fundações’”.⁴²

Essas manifestações foram, de imediato, reprimidas pela Direção-Geral, que ordenou o fechamento dos grêmios, o que acarretou no arrombamento, por parte dos alunos, da sala do grêmio do CPII – São Cristóvão. Na mesma semana, alunos do CPII – São Cristóvão, segundo o Registro de Ocorrências nº 729 da Secretaria de Segurança Pública, foram prestar depoimentos. Um informe sobre um dos alunos detidos exemplifica o ocorrido: “*o aluno (A1)*⁴³ *do CPII – São Cristóvão... era um dos alunos que lideravam o movimento estudantil naquele Colégio. Inclusive participou do arrombamento da porta do Grêmio. Fato ocorrido dia 16/10/68.* O aluno (A1) era, segundo essa informação, militante do Núcleo Marxista-Leninista – NML e da VPR e frequentava as assembleias da AMES desde 1967”.⁴⁴

O documento da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, intitulado “aspecto fotográfico da invasão e depredação ocorrida no Colégio Pedro II – Seção São Cristóvão no dia 16/10/1968”,⁴⁵ mostra o interior da sala do grêmio, onde aparecem as paredes com cartazes sobre luta armada e uma foto de Che Guevara. Na mesma fotografia, aparece o diretor do Colégio apontando para as paredes da sala do grêmio.

Nessa ocasião, foram apreendidos vários materiais do grêmio, inclusive um mimeógrafo. Essa atitude gerou revolta nos alunos deflagrando uma greve que perdurou cerca de dez dias.⁴⁶

Muitos alunos ficaram marcados por terem participado de movimentos de oposição ao governo militar, o que acarretou a “transferência” de alguns para as diferentes Seções ou para outras instituições de ensino, por não poderem renovar suas matrículas no ano seguinte. O informe do Boletim Reservado nº 3 / 69, a seguir, nos mostra como isso aconteceu:

⁴² Boletim Reservado nº 77/68.

⁴³ O aluno citado neste documento foi expulso do Colégio, em 1968, e em 1973 foi acusado por um promotor, junto com outras 21 pessoas, de exercer atividades subversivas (Jornal do Brasil de 15/8/73 – Comunismo: 118/119 fl.193).

⁴⁴ Informação, 156 folhas: 235 e 234 de 10/68 e Secreto, 41 folhas: 314-319 de 04/69.

⁴⁵ DOPS 121 folha: 131. Documento completo em anexo.

⁴⁶ Mais informações sobre esse episódio nos depoimentos.

“O Diretor do CPII – Sessão Externato, o professor (P1), alegando determinações de autoridades superiores, de acordo com o Regulamento Interno do Estabelecimento, informou que cerca de 100 (cem) alunos serão impedidos de renovar suas matrículas na escola, por estarem envolvidos nos movimentos estudantis do ano passado, que perturbaram a ordem interna do Colégio.

Esclareceu o professor (P1) que não se trata de expulsão, o que impediria de requerer matrícula em qualquer outro colégio do Brasil, mas houve impedimento para a renovação de matrícula naquele ano. Tendo ‘os indesejáveis’ o direito de levar consigo um documento válido como transferência”.⁴⁷

O ano letivo de 1969 iniciou-se sob a égide do Ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968. Seu impacto se fez sentir no Colégio pelas transferências dos alunos “indisciplinados” e da demissão de alguns docentes, por terem sido atingidos pelo AI-5, o qual considerava “que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição” (FICO, 2004, p.382).

A partir dessa ótica, depois de o recém-instituído governo ter consultado o Conselho de Segurança Nacional, o Brasil entrava em outro período de repressão, no qual se institucionalizou qualquer tipo de violência.

Podemos observar, a partir de 1969, nos documentos da Polícia Política, que os nomes dos alunos⁴⁸ e servidores do Colégio, que antes apareciam nos informes sobre o Movimento Estudantil direcionados aos departamentos de investigação, passavam agora a constar em documentos ligados ao Exército ou à Marinha, arquivados na sua maioria nos seguintes setores: Secreto, Comunismo, Terrorismo, Alvarás ou Confidencial.

Esses documentos tratavam de assuntos de competência militar por infringir o “Decreto-Lei nº 898/69 - Lei de Segurança Nacional” e deveriam ser encaminhados ao “I Exército a que compete solucioná-los, e encaminhá-los a 2ª auditoria da Marinha da 1ª CJM,⁴⁹ na forma da Legislação vigente”⁵⁰. A solução geralmente era “decretar a prisão”.⁵¹

⁴⁷ Boletim Reservado nº 3/69.

⁴⁸ Muitos desses alunos se tornaram ex-alunos do Colégio, a partir de 1969. Outros já tinham saído do Colégio nos anos anteriores.

⁴⁹ Circunscrição Judiciária Militar (Brasil Nunca Mais, 1986: 277).

⁵⁰ Comunismo 126 folha: 117. Nesse documento consta a decretação de prisão do ex-aluno Marcos Nonato da Fonseca, que foi “transferido” do CPII em 1969 e em 1972 foi assassinado pelo DOI-CODI/SP.

⁵¹ Essa foi a solução que encontraram para muitos alunos.

No Colégio Pedro II, o Diretor-Geral inaugura a década de 1970 distribuindo prêmios aos alunos afinados com a ideologia vigente. Segundo o documento do Serviço Nacional de Informação nº 58 /71, o Diretor-Geral, através da Portaria nº 54,⁵² de 9 de junho de 1970, promoveu o concurso temático na Faculdade de Humanidades Colégio Pedro II (FAHUPE): “A revolução de 64 julgada pelos estudantes de 70.” O aluno da FAHUPE (A9) Foi o 2º colocado ao apresentar o trabalho intitulado *Revolução Brasileira de 1964*. “Ele ganhou como prêmio uma viagem a Manaus, em agosto de 1970, pelo presidente Médici”.

Em 1973, o Diretor-Geral promoveu outro concurso temático, por meio da portaria nº 85,⁵³ de 12 de junho de 1973: “A revolução de 64 e a integração nacional”. O mesmo aluno (A9) ganhou o 5º lugar ao apresentar o trabalho intitulado *A Revolução de 1964 e a Juventude*. Esses trabalhos eram editados pela FAHUPE.⁵⁴

O Colégio continuava sendo vigiado. Qualquer manifestação era comunicada aos Setores de Informações, o que se confirma ao encontrarmos no APERJ diversos informes que indicavam denúncias feitas a partir do Colégio. Uma das denúncias, de agosto de 1971, acusava um servidor da casa. Segundo a informação nº 1353, da Divisão de Informação do DOPS,⁵⁵ o (D1) fez uma denúncia sobre uma bomba caseira que se encontrava no laboratório de química do CPII – Centro. O agente, então, solicitou providências. O grupo de Operações Especiais enviou uma “equipe chefiada pelo tenente (T1) em cujo laboratório arrecadou um acionado de bomba de fabricação caseira, bem como dois exemplares do jornal ‘Resistência’⁵⁶ de nº 29 e 30 e um panfleto intitulado ‘Experiência de Queda e Tortura de um Companheiro’. (...) Segundo o (D2), as suspeitas sobre o caso recaem sobre um funcionário do Colégio Pedro II de nome (F1) que já esteve preso no DOPS e no CENIMAR”.

Outra denúncia, do dia 4 de julho de 1972, atinge dois ex-alunos. O informe⁵⁷ endereçado à Divisão de Segurança e Informações do MEC, intitulado *Jornal subversivo* relata que:

“Esta ARSI informa que foi encontrado nas dependências da FAHUPE o jornal subversivo ‘Independência ou Morte’, nº 24, de fevereiro de 72. Destaca-se neste

⁵² Essa Portaria designou para compor a comissão julgadora quatro professores do Colégio e um coronel.

⁵³ Essa Portaria designou para compor a comissão julgadora quatro professores, um major do Exército, um capitão de corveta e um capitão da Aeronáutica.

⁵⁴ A respeito desses concursos, Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada* (2003, p.458) afirma, no capítulo sobre a guerrilha do Araguaia, que as chamadas equipes Zebra, encarregadas de caçar guerrilheiros, eram compostas de homens atrás de recompensas “que iam de 3 mil cruzeiros por uma boa informação a 5 mil por um guerrilheiro morto. Três mil cruzeiros era o valor do prêmio que o Colégio Pedro II pagara ao aluno da sua Faculdade de Humanidades que fizera o melhor ensaio sobre o tema “A Revolução de 1964 e a educação nacional”. O melhor ensaio foi “A Revolução e a Juventude”

⁵⁵ DOPS 152, fl 202-204. Informação 1353 de 11/08/71.

⁵⁶ O jornais encontrados em anexo são no formato A4 e mimeografados a álcool. O jornal nº 29 contém 11 páginas e o de nº 30 contém 14 páginas. Tratam, principalmente, da conjuntura nacional da época.

⁵⁷ DOPS, Estudantil 38, folha: 377.

número a capa do nº especial de 08/10/71 com a figura de “Che Guevara”. (...) Estabelecemos conotação entre esse fato e a presença de dois ex-alunos: (A10) e (A11) que distribuíram nas dependências do CPII os jornais ‘Papyrus’ e ‘Pau Brasil’.

Soubemos, ainda, que os ditos jovens, apesar de não serem alunos, persistem em permanecer dentro do recinto escolar, apesar de já terem sido proibidos e alertados a não voltar, pelo (D1)”.

Em outubro desse mesmo ano, houve outra denúncia, desta vez envolvendo uma aluna do Colégio. O informe intitulado *Show no Colégio Pedro II (Chico Buarque e MPB 4)*,⁵⁸ revela a intenção de se realizar, no Ginásio da FAHUPE II, o qual tinha a capacidade de 5.000 lugares, um show intitulado *Circuito Universitário*, no dia 13/10/72, com a presença de Chico Buarque e MPB 4. O evento foi proibido pelo Diretor-Geral, através da portaria nº 104⁵⁹ de 28/09/72, que mandou retirar os cartazes referentes ao show.

Nos anos subsequentes, ser vigiado passou a fazer parte do cotidiano do Colégio, o silêncio substituiu os gritos de protestos, facilitando as implantações das políticas impostas pelo regime vigente.

“A repressão desencadeou uma violência que teve como consequência a perseguição de centenas de militantes e estudantes, a cassação de vários políticos, a expulsão e exílio de outros tantos. Muitos foram torturados e assassinados. (...) Desespero e apatia foram os dois componentes do efeito da repressão nas escolas e nas universidades. Entre o desespero e a apatia caminhavam professores e estudantes que buscavam resguardar a dignidade de sua situação, só possível num ambiente de liberdades democráticas” (CUNHA, 2002:40).

Conclusão

Podemos perceber, a partir das análises desses documentos, que o Colégio Pedro II foi, como tantas outras instituições de ensino, atingido de diversas formas pelo regime instaurado pelo golpe de 1964, através de perseguições, afastamentos e aposentadorias de professores e técnicos administrativos, assim como pela repressão a estudantes. Analisando os documentos do DOPS, pudemos confirmar as histórias contadas, sob outros pontos de vista, e averiguar novos fatos.

⁵⁸ Estudantil 38, folha: 442-444. Informação nº 186 / ARSI / GB / DSI / MEC / 02 de outubro de 1972.

⁵⁹ Estudantil 38, folha: 442 e 443. A Portaria nº 104 expõe vários motivos para a suspensão do referido show (ao todo a Portaria nº 104 é constituída de oito considerandos e seis artigos em três paginas).

Nos documentos do Fundo de Polícia Política, nos deparamos com um CPII sob vigilância, sob controle, guardado nos porões escuros da ditadura. No ponto de vista dos militares, o Colégio Pedro II era considerado como um dos focos de subversivos. Os diversos documentos do DOPS demonstram que os Serviços de Informações se preocupavam com o Colégio Pedro II pelo fato de este ter no seu quadro discente lideranças estudantis que, em muitos momentos, capitaneavam o movimento secundarista no Rio de Janeiro.

A ideologia de segurança nacional propagada pelos governos militares e o contexto específico da direção de Vandick L. da Nóbrega no CPII, entre 1964 e 1979, nos mostra como o binômio segurança / desenvolvimento legitimava ações simultâneas de cunho repressivo e ideológico no âmbito da educação.

No caso do CPII, tais ações são apresentadas dentro do quadro específico do grupo político interno que assume o comando do Colégio em 1964. Com os documentos coletados, podemos verificar a “vigilância hierárquica” e as mediações necessárias para o exercício do poder.

Os arquivos da ditadura são arquivos da violência: são registros da extração violenta da voz, da negação do direito individual ao silêncio. Os efeitos buscados pela vigilância eram, por sua vez, o silenciamento definitivo dos corpos e mentes rebeldes, que não se submetiam à sua lógica de dominação.

O uso atual que fazemos das informações obtidas pelos órgãos de repressão leva em conta as circunstâncias em que foram produzidas, os interesses imediatos dos sujeitos que as produziram e o interesse público posterior, ao qual tais informações devem ser postas a serviço. O silêncio é o que se produz atualmente com a não-liberação completa dos arquivos da ditadura militar, o que nada mais é do que a perpetuação no presente das mesmas relações autoritárias e violências do passado, que permitiram que tais arquivos fossem produzidos.

A relação entre fatos e fontes é definida pelas circunstâncias em que as informações foram produzidas. Nos arquivos do DOPS encontramos diversos dados que nos revelam, além da informação descrita, a vigilância exercida sobre o CPII em suas diversas dimensões. São informações produzidas para o exercício do controle de alunos, professores e técnicos. Segundo Foucault, “o poder disciplinar (...) se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória” (1999 [1976], p.156). Esse princípio explica a aparente contradição entre a existência excessiva de dados sobre os dominados e a quase inexistência de registros sobre as formas de ação dos que exercem o poder. Na ausência de tais registros, buscamos nas próprias informações encontradas nos arquivos os elementos que possibilitam dar visibilidade a alguns dos meios utilizados para a vigilância e o controle.

Além do aspecto funcional da associação entre “vigiar e punir”, a vigilância e a punição guardam também suas dimensões simbólicas. Assim, a violência simbólica é uma violência exemplar, cuja economia está na propagação dos seus efeitos para além de seu emprego imediato. A análise da pedagogia da ditadura não deve se circunscrever à análise de suas políticas educacionais. Um estudo sobre os efeitos pedagógicos da vigilância e da repressão empreendidas nas escolas secundárias no período da ditadura ainda está por ser feito.

Referências Bibliográficas

ACCIOLI, Roberto B. *Ação Governamental de João Goulart*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAVALCANTI, Mirian da S. (Org.). *Ao Pedro II... tudo ou nada?* Rio de Janeiro: Unigraf, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio e **GOÉS**, Moacir. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999 [1976].

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENES, Moysés. *O 11º mandamento: reencontros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ/PE). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos partir de 1964*. Recife: CEPE, 1995.

NÓBREGA, Vandick L. da. *A revolução brasileira e o sol de Roma*. Rio de Janeiro: Repper, 1969.

_____. *Humanismo e educação*. Rio de Janeiro: s/ editora, 1948.

POERNER, José Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston:
Beacon Press, 1995.